

# BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nº 09 – Janeiro/2018



**Governador do Estado do Ceará**

Camilo Sobreira de Santana

**Vice-Governadora do Estado do Ceará**

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

**Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG**

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

**Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto**

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

**Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE****Diretor Geral**

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

**Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC**

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

**Diretoria de Estudos Sociais – DISOC**

João Mário de França

**Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP**

Cláudio André Gondim Nogueira

**Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN**

Marília Rodrigues Firmiano

---

**Boletim de Finanças Públicas - Nº 09 – Janeiro/2018****DIRETORIA RESPONSÁVEL:**

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

**Autor(es):**

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas - IPECE)

Cláudio André Gondim Nogueira (Diretor da DIGEP)

---

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

**Missão:** Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e dá assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

**Valores:** Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

**Visão:** Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -  
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -  
Cambéba | Cep: 60.822-325 |  
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521  
<http://www.ipece.ce.gov.br/>

**Sobre o BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS**

A Série **Boletim de Finanças Públicas**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), apresenta de forma sucinta, o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados.

É ainda um instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é bimestral, o que permite um acompanhamento contínuo e pormenorizado das finanças públicas estaduais.

Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado. Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado.

O Boletim será normalmente dividido em cinco blocos, sendo o primeiro destinado a um sumário executivo, o segundo às notas metodológicas, o terceiro à análise das receitas, o quarto às despesas e o quinto a uma breve descrição do cenário nacional, que é um importante condicionante da economia estadual. Além dessas divisões, de acordo com a disponibilidade dos dados, a cada dois meses será adicionado um bloco com o resultado primário e, a cada quatro meses, será inserido outro bloco referente à dívida pública estadual.

---

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – **IPECE**  
2018

Boletim de Finanças Públicas / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: IPECE, 2018.

ISSN: 2594-8695

---

**SUMÁRIO**

1. Sumário Executivo, 3
2. Notas Metodológicas, 6
3. Receitas Correntes, 7
4. Despesas Correntes e de Investimentos, 13

## 1. Sumário Executivo

Conforme os dados mais recentes disponíveis indicam (Tabela 1), a Receita Corrente Líquida dos últimos doze mês, período compreendido entre os meses de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, foi aproximadamente igual a R\$ 18,1 bilhões, com uma variação de -3,40%, em termos reais, em relação ao período imediatamente anterior. É importante salientar que esse resultado pode ser explicado basicamente pelo fato da base de comparação utilizada nesta análise (i.e., os valores de fev./2016 a jan./2017) ter sido inflada devido especialmente a receitas não recorrentes obtidas nos meses de novembro e dezembro de 2016<sup>1</sup>. Na verdade, se tivessem sido descontadas essas receitas excepcionais registradas em 2016, teria ocorrido uma elevação de 2,3% na RCL do Ceará dos últimos doze meses.

**Tabela 1: Resumo dos indicadores fiscais<sup>(1)</sup>, valores acumulados nos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de Jan./2018)**

Discriminação	Fev./2016 a Jan./2017	Fev./2017 a Jan./2018	Δ%
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>18.777.874</b>	<b>18.139.359</b>	<b>-3,40</b>
ICMS	9.353.857	9.832.765	5,12
FPE	5.421.549	5.059.074	-6,69
IPVA	686.390	776.497	13,13
<b>Despesa Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais</b>	<b>15.795.793</b>	<b>15.871.074</b>	<b>0,48</b>
Despesa Total com Pessoal (DTP) <sup>(2)</sup>	7.604.399	7.565.390	-0,51
<i>Despesa com pessoal ativo</i>	<i>6.147.538</i>	<i>6.229.786</i>	<i>1,34</i>
<i>Despesa com pessoal inativo e     pensionistas</i>	<i>2.018.636</i>	<i>2.136.781</i>	<i>5,85</i>
Despesas com Terceirizações	1.517.199	1.529.478	0,81
Juros e Amortizações	1.441.455	1.464.199	1,58
<b>Investimentos</b>	<b>2.237.759</b>	<b>2.482.245</b>	<b>10,93</b>

Fonte: SEFAZ/S2GPR. Elaboração própria.

Notas:

<sup>(1)</sup> Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

<sup>(2)</sup> A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

Mais especificamente, durante os últimos doze meses, o estado recebeu cerca de R\$ 362 milhões, a preços de jan./2018, a menos em receitas do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Por outro lado, as outras receitas principais, ICMS e IPVA, apresentaram taxas reais de variação positivas (5,12% no caso do ICMS e 13,13% em relação ao IPVA).

<sup>1</sup> No caso, durante esses meses, houve uma considerável elevação não-recorrente do Fundo de Participação dos Estados (FPE), em virtude da entrada de recursos da repatriação, e, também, um aumento significativo de arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

Quanto às elevações nessas receitas correntes do estado, três fatos chamam atenção. O primeiro refere-se ao significativo impacto do lançamento do REFIS em junho e julho de 2017, permitindo que contribuintes pudessem pagar valores em atraso de impostos com o ICMS e o IPVA.

O segundo diz respeito à retomada, mesmo que lenta, da economia cearense, o que pode ter contribuído para o aumento de arrecadação dos referidos impostos. No caso, os últimos dados disponíveis mostram que, no ano de 2017, o PIB do Ceará apresentou um crescimento de 1,87%, interrompendo, mas não compensando totalmente, o forte movimento de queda registrado em 2015 e 2016.

Por fim, o terceiro fato a se considerar foi o significativo incremento da arrecadação com o IPVA. Quanto a isto, tem-se que, além de uma elevação das alíquotas (que entrou em vigor em 2017), destaca-se que a arrecadação desse imposto pode ter crescido, também, como decorrência da maior venda de veículos, especialmente a partir de maio/2017.

No que se refere às despesas correntes do Governo do Estado, constatou-se, nos últimos doze meses, uma elevação real de 0,48% na comparação com o ano imediatamente anterior. Este pode ser considerado um crescimento relativamente pequeno dado que 2017 foi um ano marcado por fortes demandas da sociedade por bens e serviços públicos, algo que é comum em anos recessivos ou de baixo crescimento da economia. Entretanto, em um contexto em que a RCL apresentou queda, reforça-se mais uma vez a necessidade de um contínuo monitoramento da situação fiscal do Estado, especialmente no que se refere ao controle da despesa corrente.

Considerando os itens que compõem as despesas correntes, continuam merecendo destaque as despesas com inativos, que cresceram mais rápido do que a de ativos, sendo isso um possível indício de que está havendo um incremento nos pedidos de aposentadoria entre os servidores estaduais.

Já no que se refere aos investimentos, considerando os últimos doze meses, verificou-se um crescimento real bastante significativo, de 10,93%, em relação ao período anterior. Este é um resultado muito importante, pois, mostra que o Governo do Estado, apesar do quadro recessivo dos últimos anos conseguiu manter a sua capacidade de investimento, o que é fundamental para a recuperação econômica do Ceará.

Relativamente ao mês de janeiro de 2018, conforme a Tabela 2, pode-se observar um expressivo crescimento de 3,95% da RCL, tendo todas as principais fontes de receita do estado apresentado comportamento positivo. Por outro lado constata-se o significativo incremento da Despesa Corrente líquida de transferências 4,96%. Como se trata apenas do primeiro mês do ano ainda não é possível identificar o que colaborou para tal desempenho.

**Tabela 2: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados no ano (R\$ 1.000,00 de Jan./2018)**

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ%
	Até Jan./2017	Até Jan./2018	
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>1.563.129</b>	<b>1.624.878</b>	<b>3,95</b>
ICMS	834.034	908.184	8,89
FPE	457.965	472.614	3,20
IPVA	220.950	245.302	11,02
<b>Despesa Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais</b>	<b>767.662</b>	<b>805.751</b>	<b>4,96</b>
Despesa Total com Pessoal (DTP) <sup>(2)</sup>	551.471	510.855	-7,36
<i>Despesa com pessoal ativo</i>	<i>461.547</i>	<i>484.044</i>	<i>4,87</i>
<i>Despesa com pessoal inativo e pensionistas</i>	<i>157.975</i>	<i>165.403</i>	<i>4,70</i>
Despesas com Terceirizações	126	6.698	5.201,76
Juros e Amortizações	84.834	86.225	1,64
<b>Investimentos</b>	<b>0</b>	<b>13.010</b>	<b>-</b>

Fonte: SEFAZ/S2GPR. Elaboração própria.

Notas:

<sup>(1)</sup> Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

<sup>(2)</sup> A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

## **2. Notas Metodológicas**

Nesse Boletim de Finanças Públicas pretende-se apresentar de forma sucinta o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados. Pretende-se ainda que ele sirva de instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que poderá permitir um acompanhamento pormenorizado das finanças públicas estaduais.

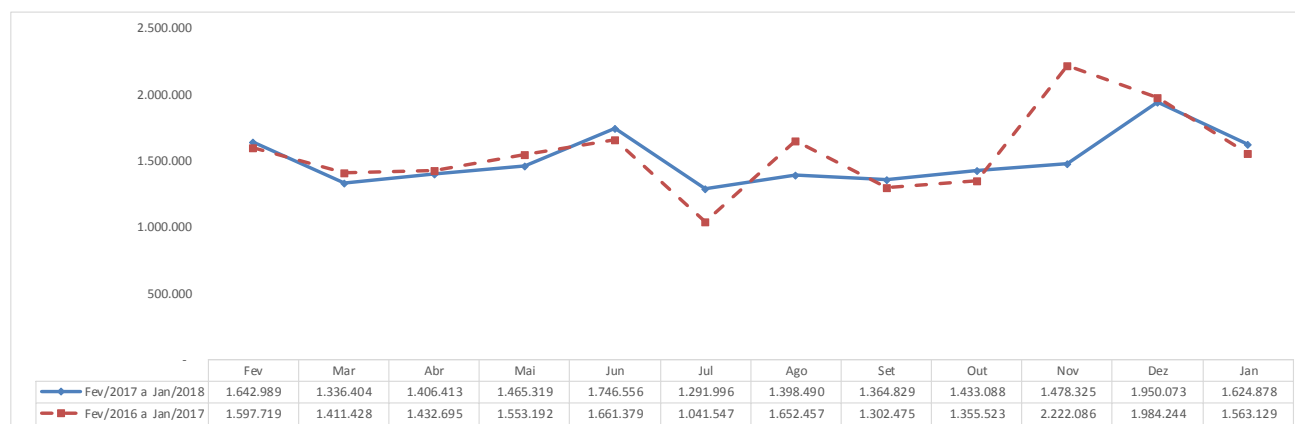
Para as análises foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês da série. Para o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Despesa Total com Pessoal (DTP) foi utilizado o método empregado nos relatórios fiscais da SEFAZ. Relativamente a DTP não foi considerado o gasto com pessoal via Consórcio de Saúde Pública, cujas informações não constam no sistema da S2GPR, sendo, portanto, a DTP apresentada uma aproximação daquela informada nos Relatórios de Execução Orçamentária (RREO).

Deve-se ainda observar que todos os valores apresentados nesse relatório foram atualizados a preços do último mês do período, assim deve-se alertar que eles diferem daqueles constantes nos relatórios apresentados pela SEFAZ, como os da RCL e os limites com despesa de pessoal, pois esses últimos apresentam valores correntes.

### 3. Receitas Correntes

O comportamento da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado do Ceará, no período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, é apresentado na Figura 1, destacando-se também a sua trajetória no período imediatamente anterior, ou seja, nos doze meses anteriores.

**Figura 1: Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de Jan./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

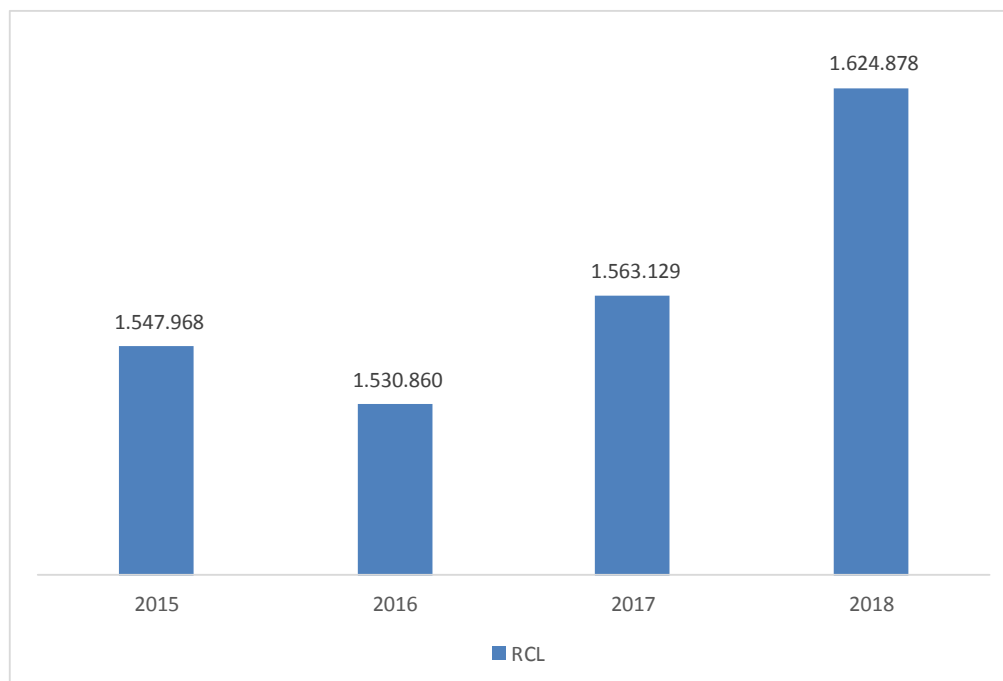
Do período em análise, de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, pode-se constatar que a RCL foi de R\$ 18,1 bilhões e, no período anterior, foi de R\$ 18,8 bilhões, isto é, houve uma redução real de 3,40% da RCL entre os dois períodos. Destaque-se que as receitas extraordinárias, no final de 2016, contribuíram para essa queda, essas receitas foram oriundas dos repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados) dos recursos arrecadados pela União com a repatriação de recursos (mais de R\$ 560 milhões) e a arrecadação de mais de R\$ 530 milhões com ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos) nos meses de novembro e dezembro de 2016.

É interessante observar que, desde julho de 2017, a RCL apresenta uma tendência de crescimento, que pode estar relacionada tanto com a recuperação da economia local como do aumento das alíquotas de alguns impostos estaduais. Neste sentido, chama a atenção especificamente o valor da RCL em dezembro de 2017, que foi um pouco inferior ao verificado um ano antes, mesmo não tendo havido o ingresso de receitas extraordinárias, como ocorreu em dezembro de 2016. Adicionalmente, no que se refere ao mês de janeiro de 2018, pode-se observar um expressivo crescimento de 3,95% da RCL em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Na verdade, conforme a Figura 2, constata-se que o valor da Receita Corrente Líquida de janeiro de 2018 é superior, em termos reais, às receitas observadas no mês de janeiro dos três anos

anteriores, sendo possível supor que as medidas fiscais tomadas em 2016, que passaram a vigorar em 2017, vem contribuindo para a recuperação das receitas fiscais do Estado.

**Figura 2: Receita Corrente Líquida acumulada até janeiro (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

Obs.: Para o cálculo da RCL foram consideradas as receitas e as deduções acumuladas até o mês de janeiro de cada ano.

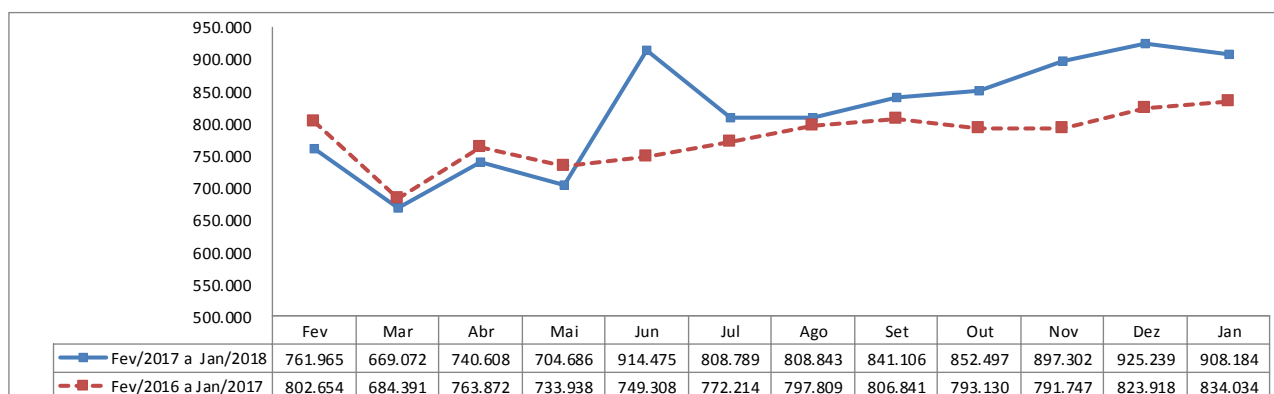
A principal fonte de receita corrente do estado do Ceará é a arrecadação de ICMS que, como se pode verificar na Figura 3, nos últimos oito meses, foram superiores àquelas observadas doze meses antes. Nesse sentido, houve um crescimento real de 5,1% quando se comparam os dois períodos.

Podem-se mencionar três fatos que explicam esse crescimento das receitas do ICMS, sendo o primeiro o lançamento de um novo programa de refinanciamento (REFIS) de dívidas tributárias entre os meses de junho e julho de 2017. Um segundo fato foi a majoração da alíquota modal<sup>2</sup> de ICMS de 17% para 18%, ocorrida no mês de abril de 2017, que deve ter contribuído para a elevação da arrecadação desse imposto, testes estatísticos mais apurados devem ser realizados para mensurar esse impacto. Por fim, o terceiro fator a contribuir para a elevação da arrecadação estadual foi o início do processo de recuperação da economia cearense<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Essa alíquota não engloba combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, ver Lei nº 16.177/2016.

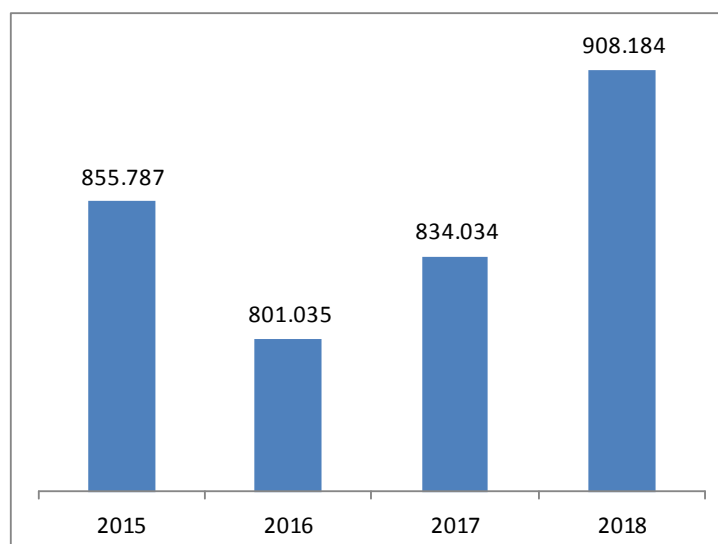
<sup>3</sup> Dados do IPECE e IBGE indicam que no ano de 2017 o PIB do Ceará apresentou um crescimento de 1,87%, interrompendo o forte movimento de queda registrado tanto em 2015 como em 2016.



**Figura 3: Arrecadação de ICMS dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**

Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

Comparando-se a arrecadação de ICMS dos últimos quatro anos, no mês de janeiro, constata-se o significativo incremento da arrecadação de ICMS em 2018, comparativamente aos anos anteriores, como pode ser observado na Figura 4. Como mencionado anteriormente, a recuperação da economia estadual, iniciada no segundo semestre de 2017, e a majoração da alíquota de ICMS combinadas contribuíram para recuperar a arrecadação de ICMS.

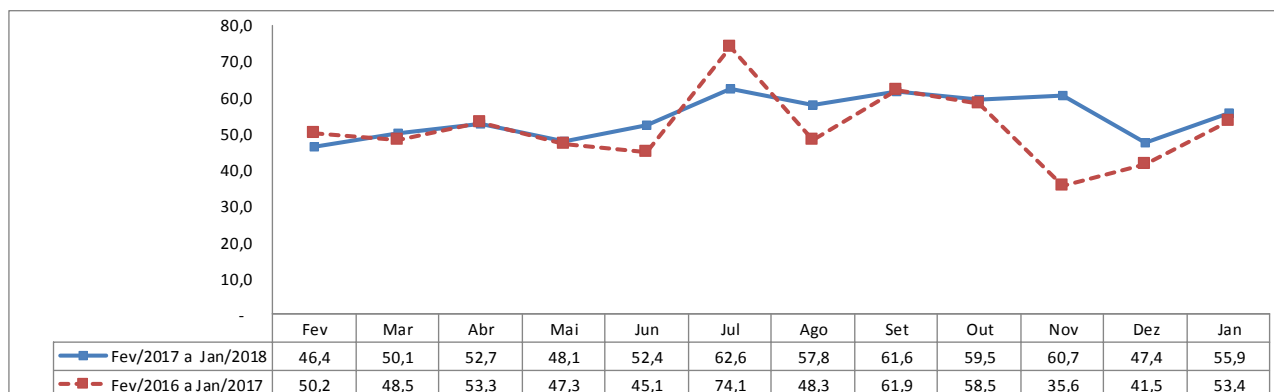
**Figura 4: Arrecadação de ICMS acumulada até janeiro (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**

Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

Ademais, analisando-se a arrecadação de ICMS, mês a mês, em relação à RCL do período, pode-se verificar por meio do indicador de Independência Fiscal o grau de autonomia da principal receita própria do Estado para o financiamento de suas despesas. Esse indicador é construído de tal forma que, quanto mais próximo de 100%, melhor.

Na Figura 5 é apresentada a evolução do indicador de Independência Fiscal nos últimos doze meses, de fev./2017 a jan./2018 e, também, de fev./2016 a jan./2017.

**Figura 5: Independência Fiscal dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (%)**

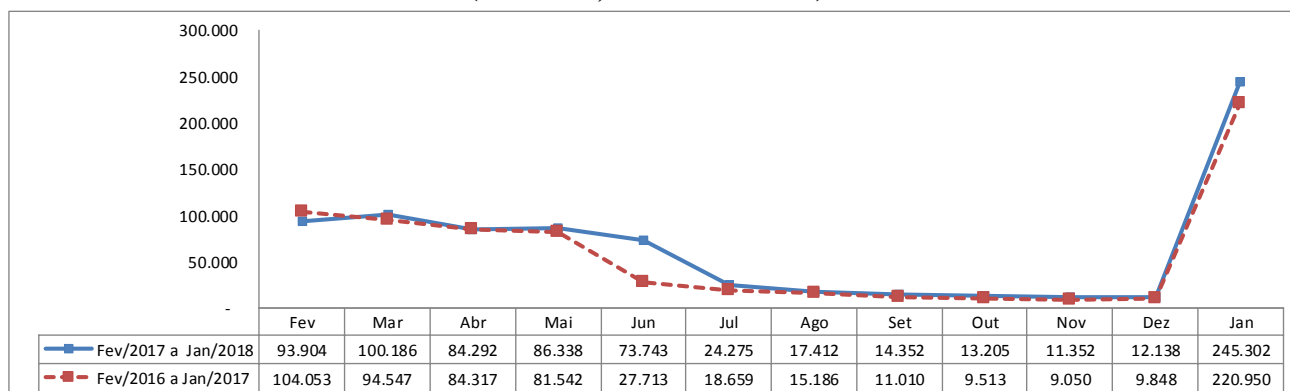


Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

Então, comparando os resultados obtidos durante os últimos doze meses em relação ao período anterior pode-se constatar uma maior independência fiscal principalmente nos meses de junho, agosto, novembro e dezembro. E ainda, no ano de 2017, a partir do mês de julho os resultados estão próximos a 60%, bem acima do primeiro semestre, que estavam mais próximo de 50%. Vale registrar ainda que, em dez./2017, houve uma considerável redução no indicador em relação ao mês anterior, mas se manteve acima do valor registrado em dez./2016, voltando a registrar crescimento em janeiro de 2018.

Quanto à arrecadação de IPVA pode-se observar, na Figura 6, que ela, no período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, cresceu, em termos reais, 13,1% quando se comparada ao período anterior, ou seja, a arrecadação teve um incremento de R\$ 90,0 milhões (a preços de jan./2017) entre os dois períodos. Destaque-se que o mês de janeiro de 2018 apresentou uma arrecadação 11% maior que a de um ano antes.

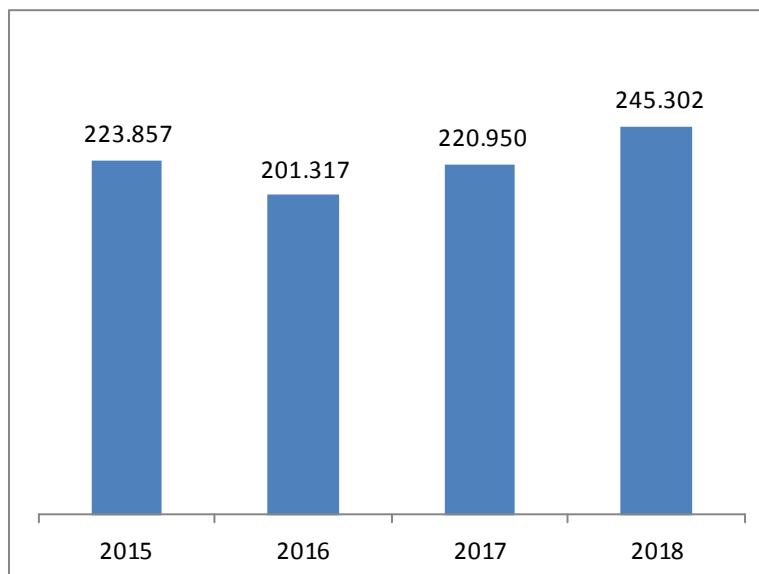
**Figura 6: Arrecadação de IPVA dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

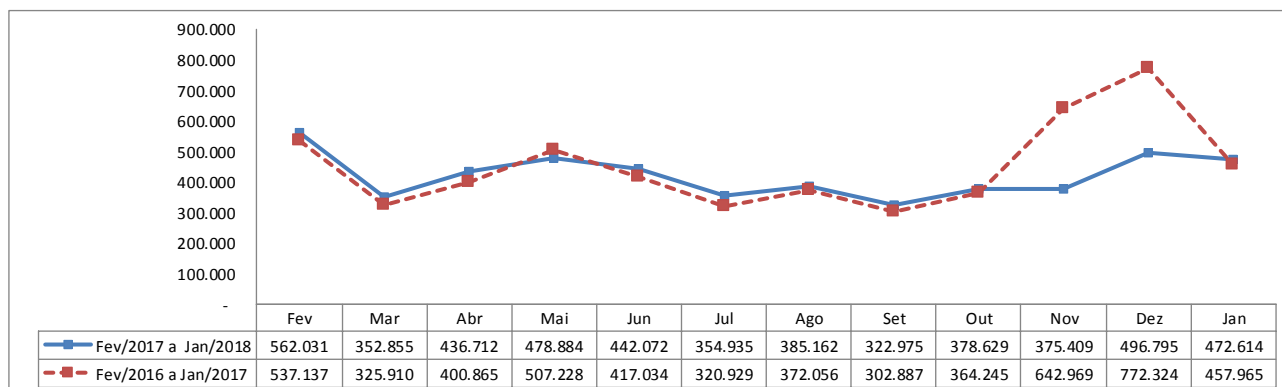
Comparando-se o desempenho dos últimos quatro anos, nos meses de janeiro, conforme a Figura 7, observa-se que a arrecadação de IPVA, em 2018, é a maior registrada nos últimos anos. Possíveis explicações para esse incremento podem estar relacionadas ao pagamento da cota única desse imposto no mês de janeiro, o comportamento da arrecadação do IPVA nos meses subsequentes poderá reforçar ou não essa hipótese.

**Figura 7: Arrecadação de IPVA acumulada até janeiro (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**



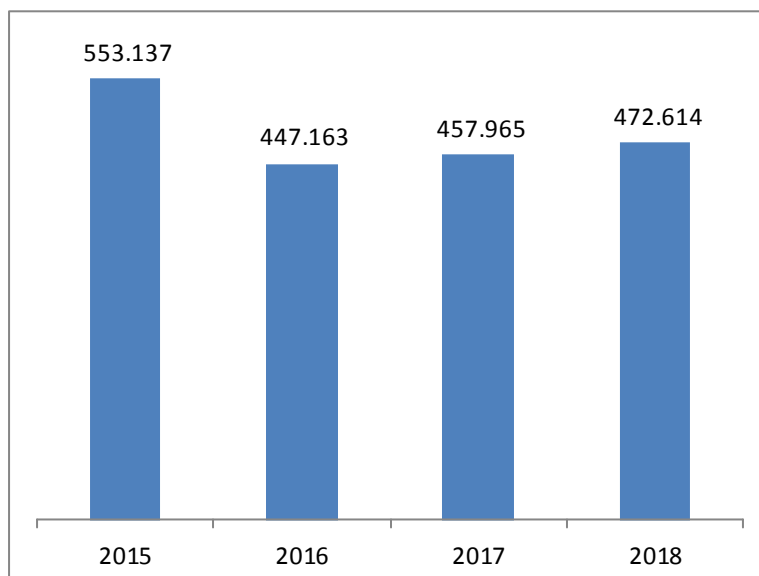
Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

A segunda maior fonte de receita corrente do estado do Ceará são os recursos transferidos pela União do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que é constituído por uma fração da arrecadação de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Como se pode observar na Figura 8, os valores transferidos nos últimos doze meses, exceto pelos meses de maio, novembro e dezembro, são superiores àqueles observados em idênticos meses do período anterior. Considerando-se que nos meses de novembro e dezembro de 2016 houve um significativo incremento dos repasses causados pela repatriação de recursos, pode-se constatar que, de uma forma geral, os repasses de 2017 foram maiores que os de 2016, sendo isso uma possível decorrência da retomada da atividade econômica brasileira.

**Figura 8: Receitas transferidas do FPE dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**

Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

Comparando-se o comportamento das transferências do FPE nos meses de janeiro dos últimos quatro anos, conforme a Figura 9 constata-se que houve uma redução, entre os anos de 2015 e 2017, de R\$ 80,5 milhões nos valores repassados, porém houve um crescimento de R\$ 14,6 milhões entre 2017 e 2018.

**Figura 9: Receitas transferidas pelo FPE acumuladas até Janeiro (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**

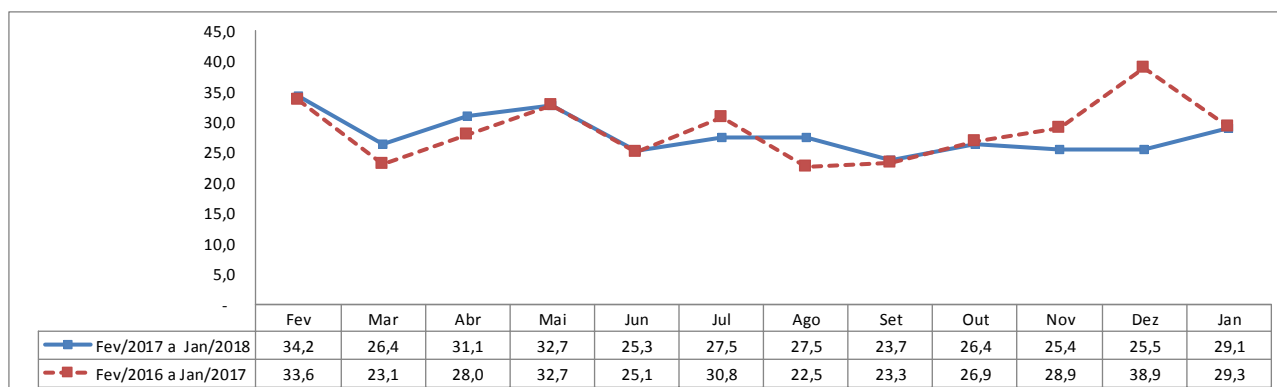
Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

Adicionalmente, comparando o volume de recursos transferidos através do FPE, mês a mês, em relação à RCL do período, tem-se o indicador de Dependência Fiscal para financiamento das despesas.

No caso, na Figura 10 é apresentada a evolução do indicador de Dependência Fiscal nos últimos doze meses, de fev./2017 a jan./2018, assim como no período de fev./2016 a jan./2017. Comparando seus resultados, verifica-se no primeiro semestre de 2017 um percentual próximo de

30%, que foi sendo reduzido ao longo do segundo semestre de 2017 diminuindo, assim, a dependência fiscal, que nos meses de novembro e dezembro ficou próximo de 25%. Quando se comparam os resultados dos últimos dois meses de 2017 com o ano anterior verifica-se que em 2016 houve uma dependência maior. Isso ocorreu devido o aumento da arrecadação da União proveniente da repatriação de recursos, e que parte foi distribuída para os entes da Federação.

**Figura 10: Dependência Fiscal dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior**



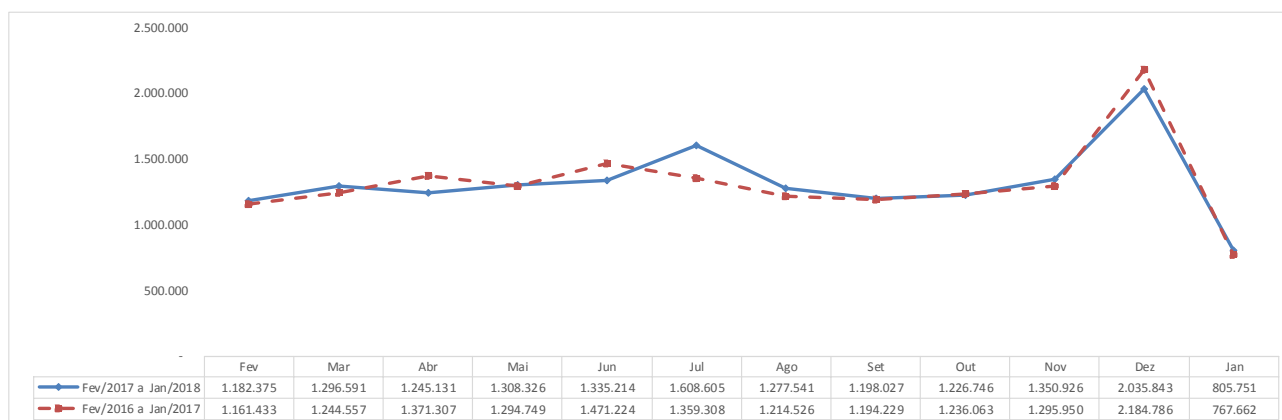
Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

Dado o exposto anteriormente, observa-se que as receitas do governo do Estado, nos últimos doze meses, foram positivamente influenciadas pela recuperação da economia estadual e nacional, pela majoração das alíquotas do IPVA e do ICMS e pelo lançamento do REFIS. Observou-se, também, que em 2016 as receitas não recorrentes nos meses de novembro e dezembro contribuíram para um significativo incremento das receitas correntes do Estado e, como seria de se esperar, fato que minimiza a redução de 3,40% da RCL dos últimos 12 meses.

#### 4. Despesas Correntes e de Investimentos

Esta parte do Boletim de Finanças Públicas destina-se à análise das despesas do estado do Ceará, sendo, na Figura 11, apresentado o comportamento das principais despesas correntes nos últimos doze meses e do período imediatamente anterior. Como se pode observar na referida figura, as despesas correntes dos últimos doze meses foram bastante próximas àquelas verificadas no período anterior. De fato, as despesas correntes, no período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, foram, apenas, 0,47% superiores aos doze meses anteriores, representando um incremento das despesas de R\$ 75,8 milhões.

**Figura 11: Despesa Corrente Líquida das Transferências Constitucionais dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**

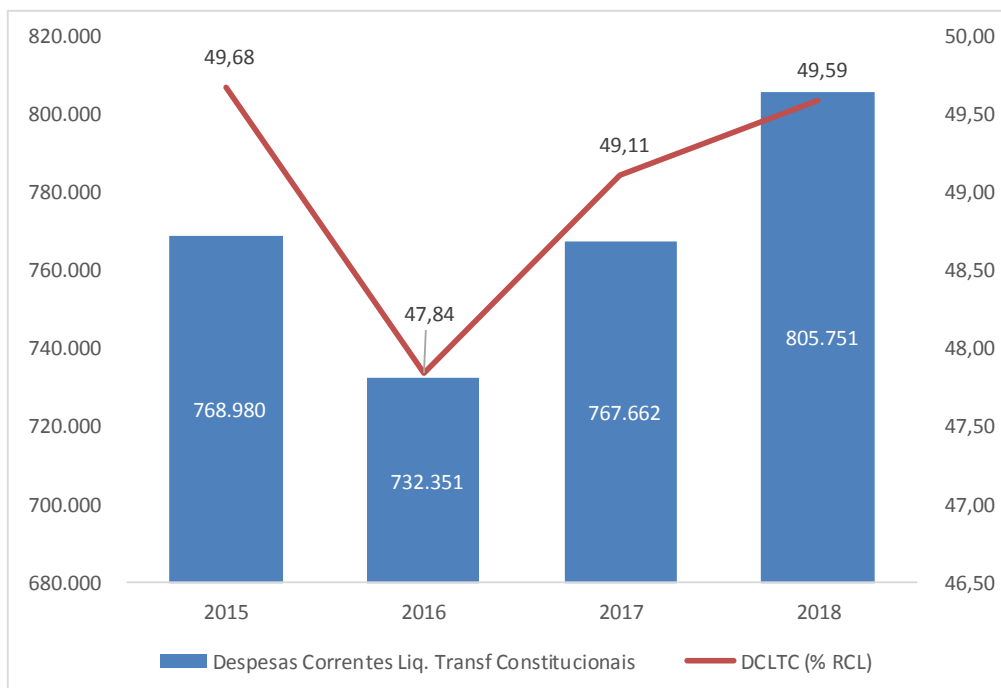


Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

Ao se observar o comportamento, em janeiro, dos últimos quatro anos, que é apresentado na Figura 12, constata-se que as despesas correntes líquidas das transferências constitucionais do Governo do Estado foram reduzidas, entre os anos de 2015 e 2016, em 5,3%, porém, em 2018, estavam 3,9% superiores as verificadas em 2015.

Adicionalmente, ainda na Figura 12, constata-se que as despesas correntes líquidas de transferências constitucionais do Estado comprometeram, em janeiro de 2018, 49,59% de sua RCL.

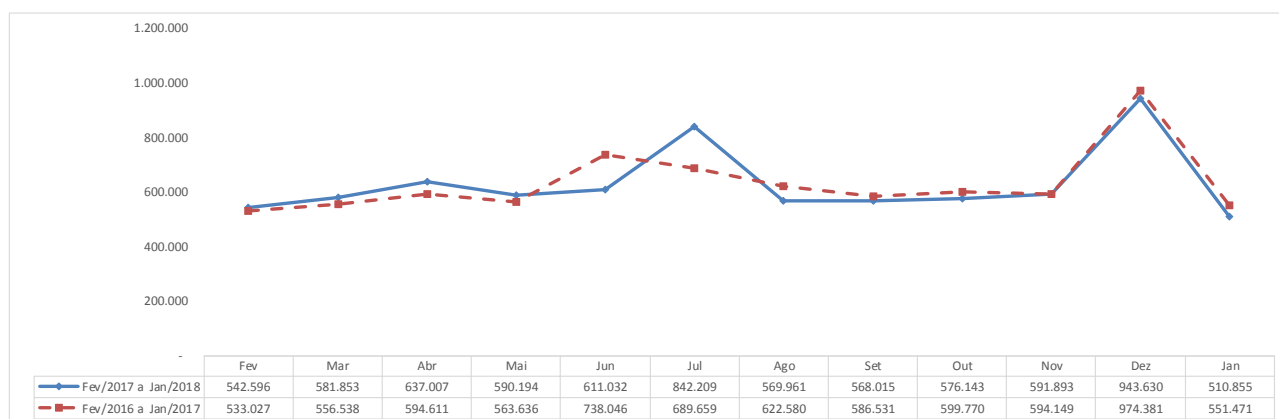
**Figura 12: Despesas Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais acumulada até Janeiro (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

A principal despesa corrente do estado do Ceará é o gasto com pessoal, cujas informações são apresentadas na Figura 13. No caso, essas despesas totalizaram, nos últimos doze meses, o montante de R\$ 7,56 bilhões (a preços de jan./2018), valor 0,5% inferior ao observado no período anterior, ficando praticamente estável nesses dois anos.

**Figura 13: Despesa Total com Pessoal dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

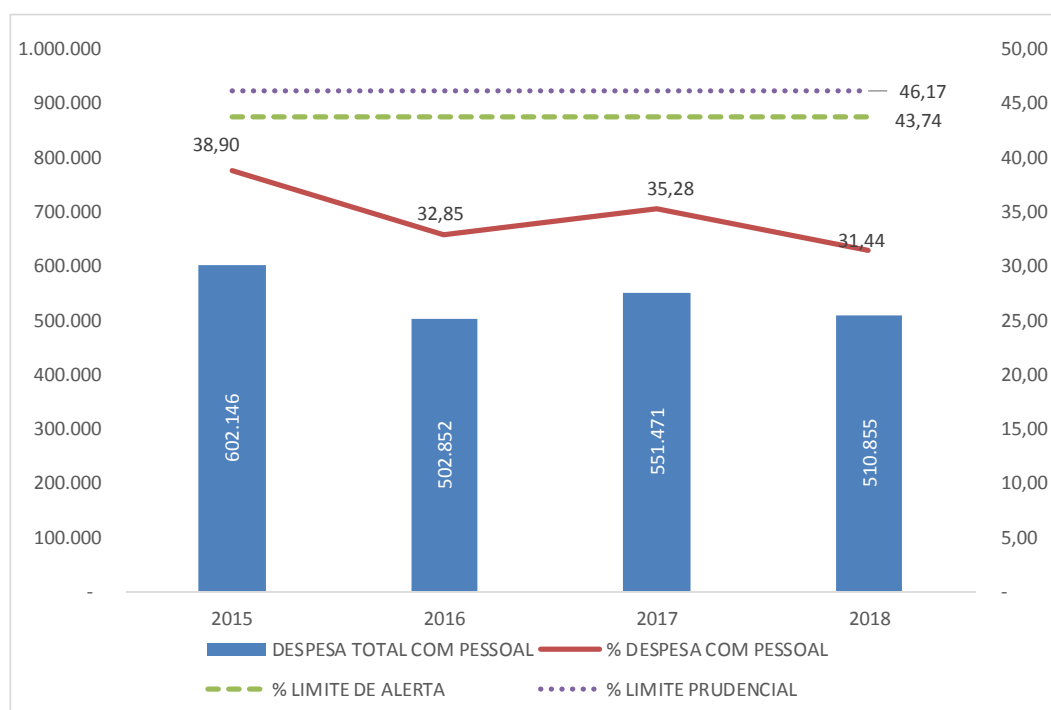
Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Relativamente aos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), em 2017, a Despesa Total com Pessoal (DTP) representou 41,7% da RCL, valor inferior ao limite de alerta (43,74% da RCL). No período imediatamente anterior o indicador representava 40,5% da RCL. Deve-se

considerar que as receitas não recorrentes, no final de 2016, contribuíram para essa significativa redução da razão entre a DTP e a RCL<sup>4</sup>.

Quanto às despesas com pessoal nos últimos quatro anos, observa-se, na Figura 14, que em janeiro de 2018, elas apresentaram um nível inferior, em termos reais, às verificadas um ano antes. Registre-se que elas ainda estão 15% abaixo daquelas verificadas em 2015. Considerando-se o nível de comprometimento da despesa com pessoal, relativamente à RCL, contata-se que elas estão relativamente abaixo do nível de alerta da LRF.

**Figura 14: Despesa com Pessoal acumulada até Janeiro (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**



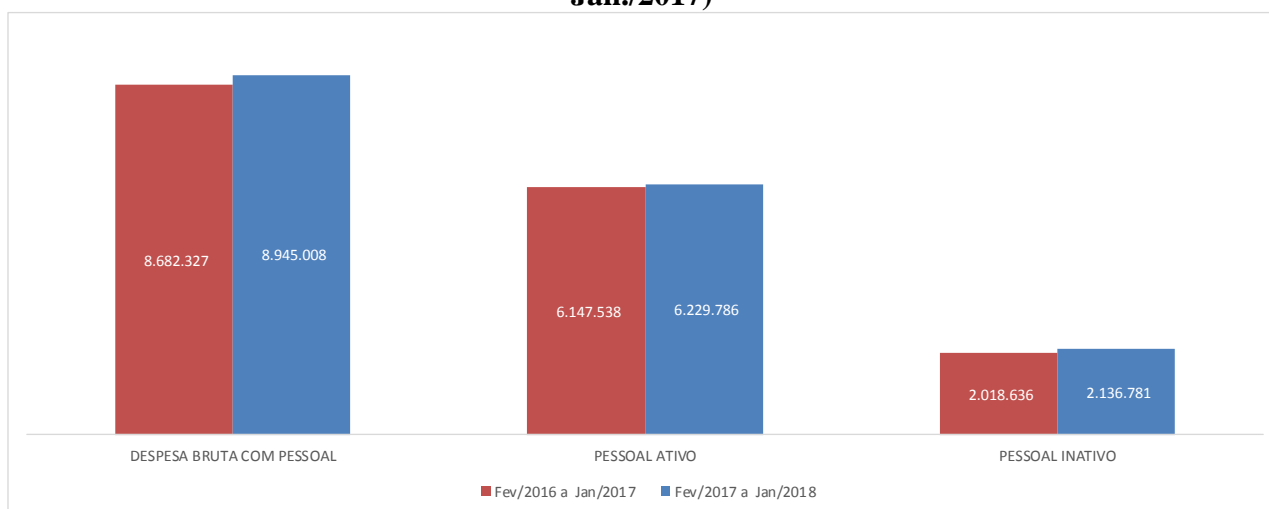
Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Quanto à despesa com pessoal, deve-se observar que seus dois principais componentes são a despesa com pessoal ativo e inativo que, conforme se pode verificar na Figura 15, apresentam comportamentos distintos. Nesse sentido, observa-se que enquanto a despesa com pessoal ativo apresentou um incremento de 1,33%, entre fevereiro de 2017 e janeiro de 2018, as despesas com pessoal inativo cresceram 5,85%, frente a idêntico período do ano anterior.

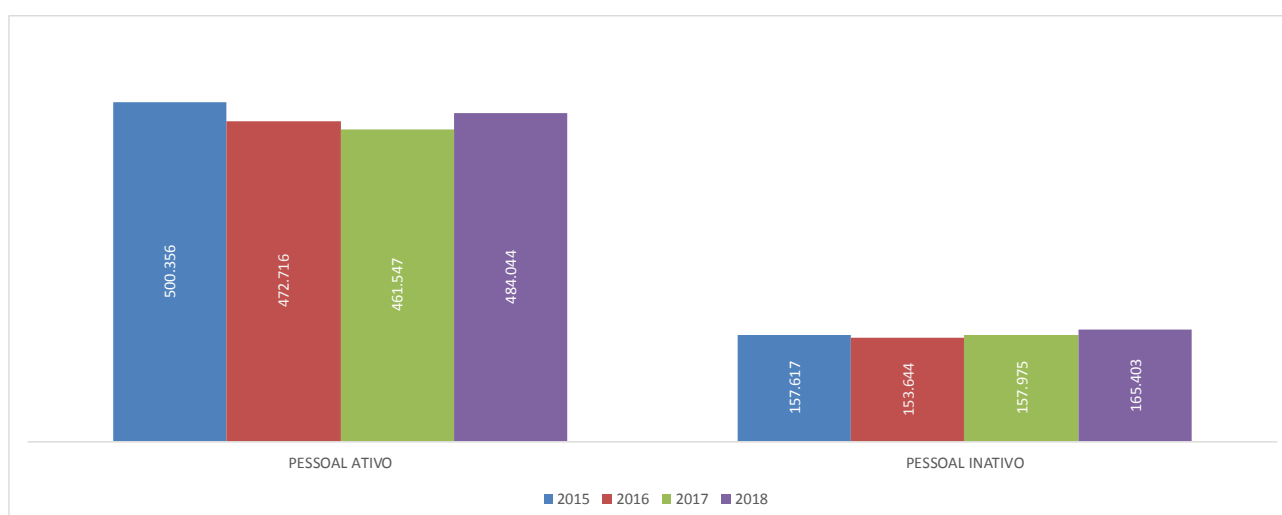
<sup>4</sup> Deve-se lembrar, mais uma vez, que esses valores diferem daqueles reportados no RREO divulgado pela SEFAZ devido os valores utilizados nesse boletim estarem a preços constantes.



**Figura 15: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**

Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

É interessante ressaltar que o gasto com pessoal ativo, quando se comparam as despesas dos últimos quatro anos, em janeiro de 2018, está em nível inferior ao observado em 2015, já a despesa com pessoal inativo está superior quando se comparam os meses de janeiro de 2015 e 2018 (ver a Figura 16). Dado o maior crescimento do gasto com pessoal inativo, torna-se necessário um constante monitoramento da evolução dessa despesa visando adotar medidas que garantam a sustentabilidade da previdência estadual.

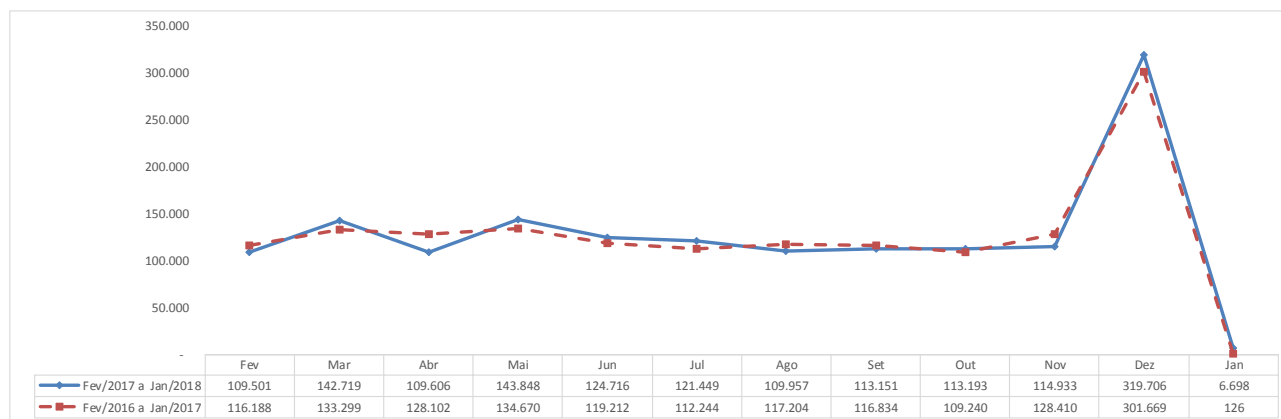
**Figura 16: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo acumulada até Janeiro (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**

Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

Outra importante despesa corrente do Governo do Estado do Ceará refere-se à locação de mão de obra que, no período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, de acordo com a Figura 17,

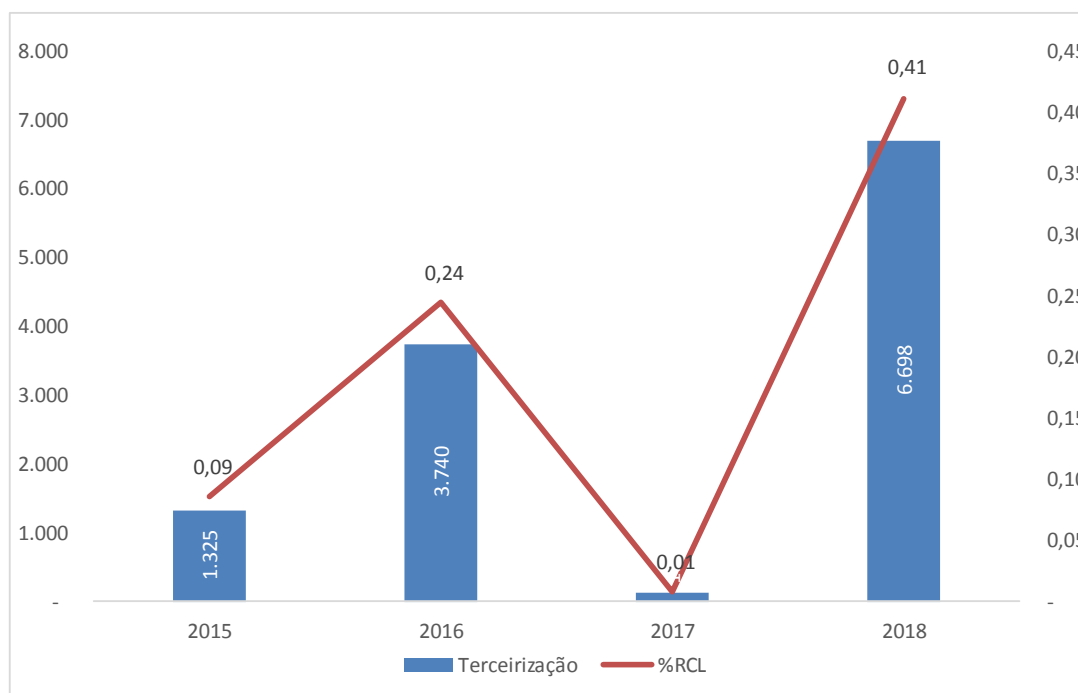
alcançou a cifra de R\$ 1,53 bilhão, valor muito próximo ao verificado em 2016. Destaque-se que esse montante equivale a 8,43% da RCL do período.

**Figura 17: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

**Figura 18: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços acumulada até Janeiro (R\$ 1.000,00 de Jan./2017) e relativa à Receita Corrente Líquida (%)**

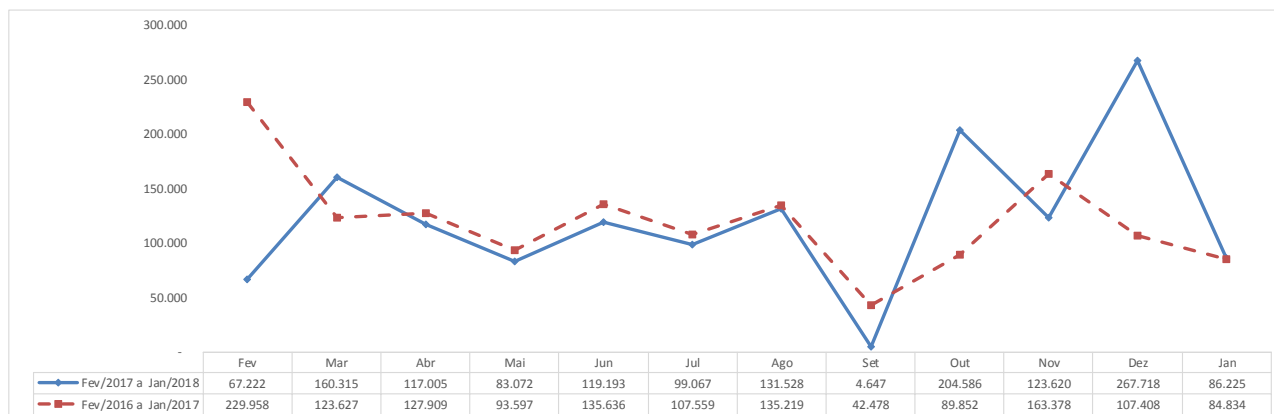


Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

O Governo do Estado do Ceará, nos últimos doze meses, pagou a título de juros e amortizações de sua dívida um total de R\$ 1,46 bilhão (a preços de janeiro de 2018), o que representou 8,07% da RCL do período. Esse montante foi 1,57% superior ao observado nos doze meses anteriores, quando foi pago R\$ 1,44 bilhão, comprometendo 7,68% da RCL. O limite com

essa despesa foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL.

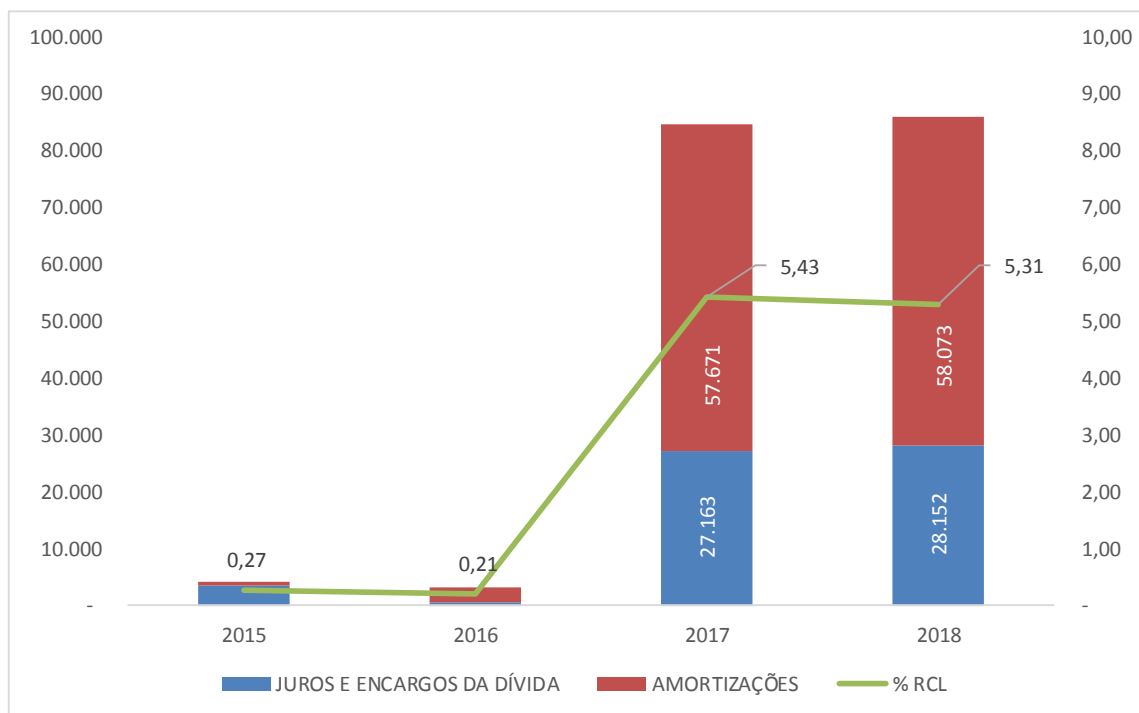
**Figura 19: Despesas com Juros e Amortizações (R\$ 1.000,00 de Dez./2017)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

No acumulado de janeiro do ano, constata-se, como pode ser visto na Figura 20, que a despesa com pagamento de Juros e Amortizações apresentou valores muito próximos nos anos de 2017 e 2018, de aproximadamente R\$ 86 milhões, representando 5,3% da RCL.

**Figura 19: Despesa com Juros e Amortizações acumuladas até Janeiro (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**

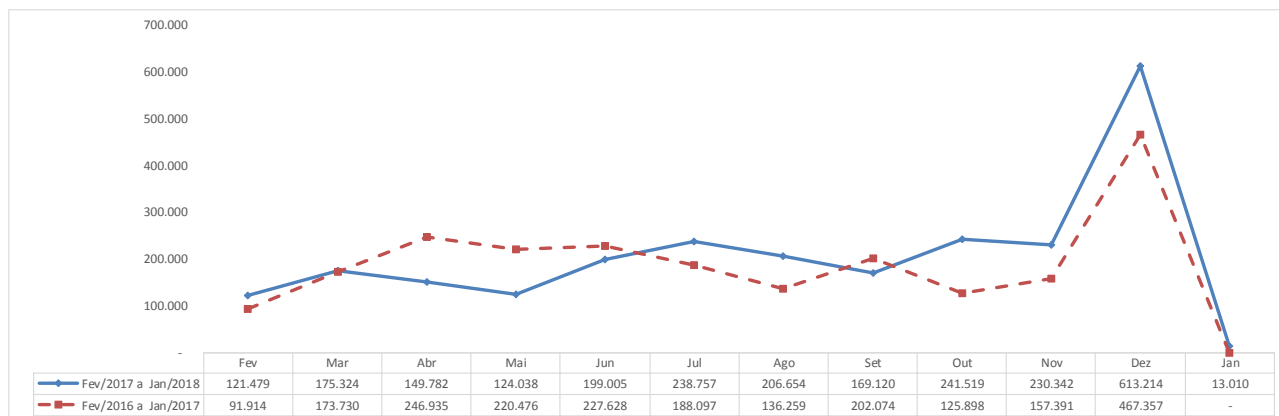


Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

O comportamento, nos últimos doze meses, do último gasto analisado nesse Boletim, a despesa de investimento, que é uma despesa de capital, é apresentada na Figura 21. Como é

possível apurar na referida figura, os investimentos, nos últimos doze meses, foram superiores aos do período anterior, representando um incremento de R\$ 244,5 milhões, ou 10,9% a mais, em termos reais, do que fora investido no período imediatamente anterior. Destaca-se que os últimos três meses de 2017, outubro a dezembro de 2017, os investimentos foram 44,5% maiores que os verificados nesses mesmos meses do ano anterior.

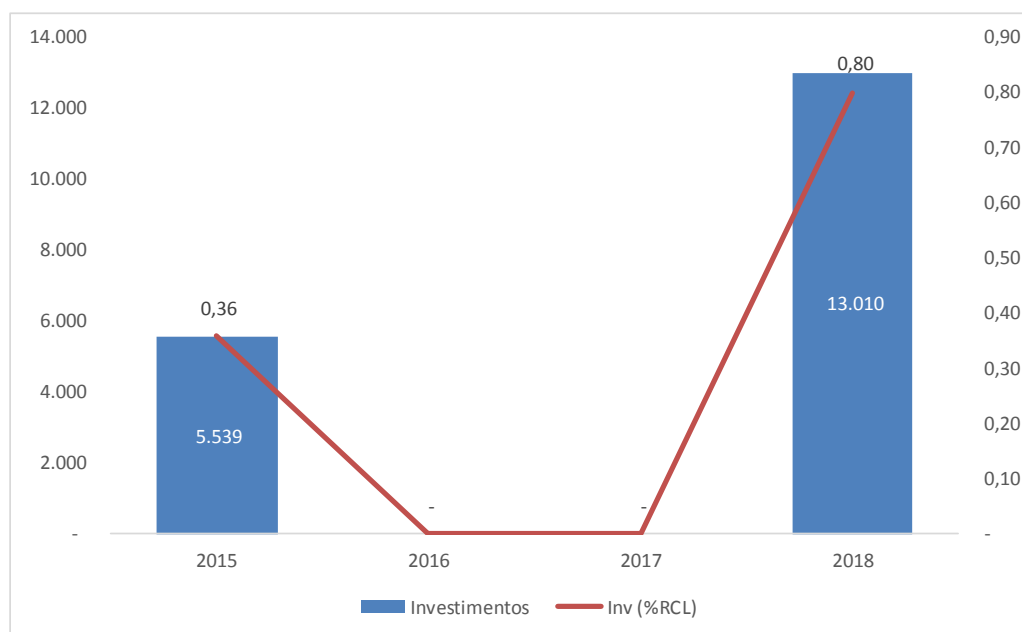
**Figura 20: Investimentos dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.

Se a análise se detiver no início dos quatro últimos anos, conforme a Figura 22, observa-se que os investimentos do estado do Ceará acumulados em 2017 estão em um nível superior aos de 2016 e 2017. Constata-se, ainda, que as despesas com investimentos, em 2018, representaram 0,8% da RCL acumulada no ano.

**Figura 21: Investimentos acumulados até Janeiro (R\$ 1.000,00 de Jan./2017)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração própria.